



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional.

Sub-eixo: Formação profissional.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E ESTÁGIO SUPERVISIONADO: O PROCESSO DE CONHECIMENTO DA REALIDADE

MARILENE APARECIDA COELHO¹

AMANDA EL KADRI PIRES²

BIBIANA MACHADO NUNES³

MAIARA BATISTA DA SILVA⁴

NATASHA LAUREANO DA FONSECA⁵

Resumo: Este trabalho tem como temática a formação profissional em Serviço Social, com ênfase no estágio supervisionado. Trata-se da sistematização de uma experiência vivenciada por discentes e docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro no processo de ensino e aprendizagem no estágio supervisionado. O processo gerou produtivas reflexões acerca de questões essenciais no âmbito da formação profissional, como a unidade teoria e prática; a articulação formação profissional e exercício profissional; e a indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Pretende-se, com esta experiência contribuir para uma análise crítica da racionalidade que permeia as rotinas das instituições e das políticas sociais.

Palavras-chave: Estágio supervisionado; Projeto ético político; formação profissional.

Abstract: The setting of this work has as a theme the professional background in Social Work, emphasizing the supervised internship. It contains a systematization of an experience lived by students and a professor of the Federal University of Rio de Janeiro in the process of teaching and learning inside the supervised internship. The process generated productive reflections concerning essential professional issues, as the unity theory and practice; the articulation professional background and professional practice; and the indivisibility of the theoretical – methodological, ethical - political and technical - operative dimensions. It intends to contribute, having in mind this experience, to a critical analysis of the rationality that crosses the day by day of Brazilian institutions and social policies.

Keywords: Supervised internship; ethical political Project; professional background.

1. INTRODUÇÃO

A comunicação em tela vincula-se à temática da formação profissional em Serviço Social e sintetiza a experiência didático-pedagógica vivenciada no estágio supervisionado na Escola de Serviço Social da Universidade Federal

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

² Estudante de Graduação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: <amandapires94@hotmail.com>

³ Estudante de Graduação. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

⁴ Estudante de Graduação. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

⁵ Estudante de Graduação. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

do Rio de Janeiro (UFRJ). Trata-se da explicitação de uma estratégia pedagógica que buscou estabelecer o processo de ensino e aprendizagem no estágio supervisionado a partir da direção social do Projeto Ético-Político profissional, particularmente dos princípios que fundamentam as diretrizes curriculares e a Política Nacional de Estágio formulada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS (2009).

A primeira parte desta comunicação buscou apreender brevemente, na trajetória do Serviço Social brasileiro, a construção do projeto ético-político profissional hegemônico na atualidade e problematizar algumas particularidades do trabalho profissional na contemporaneidade. A segunda parte expõe, sinteticamente, uma estratégia didático-pedagógica vivenciada, em espaço de sala aula, no estágio supervisionado. Esta experiência não é única, tão pouco a “verdadeira” ou mais “correta”. A sua eficácia no sentido da competência crítica encontra-se em avaliação e os principais sujeitos deste processo são os estudantes. O desenvolvimento desta experiência ocorreu em 2017-1, 2017-2 e 2018-1.

2. PROJETO ÉTICO POLÍTICO E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO ATUAL CONTEXTO

O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho. Esta perspectiva acerca do significado do Serviço Social apreende a historicidade da profissão que se “particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista” (ABEPPS, 1997, p. 60). A trajetória do Serviço Social brasileiro tem como importante marco o Projeto Ético-Político Profissional, cujo processo de construção inicia-se na década de 1970. Este projeto, decorrente da recusa e da crítica ao conservadorismo profissional, tem em sua base o movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina e o processo de renovação do Serviço Social brasileiro.

O contexto sócio histórico que possibilitou a construção deste projeto encontra-se na resistência e luta dos setores progressistas da sociedade

brasileira e dos movimentos sociais vinculados à classe trabalhadora contra a ditadura civil-militar, instaurada com o golpe de 1º de abril de 1964, e as demandas democráticas e populares que se adensam nas décadas de 1970 e 1980. A estrutura básica do Projeto Ético-Político Profissional hegemônico na contemporaneidade encontra-se no Código de Ética de 1993, na Lei de Regulamentação da profissão, de 1993 e nas Diretrizes Curriculares formuladas pela ABEPSS em 1996.

As diretrizes gerais para o curso de Serviço Social, formulada pela ABEPSS, no período de 1994 a 1996, demarca o debate acumulado pela categoria profissional nos anos 1980 e 1990 acerca do significado da profissão nas relações de produção e reprodução da sociedade capitalista, a relação entre Estado e sociedade civil, a funcionalidade das políticas sociais dentre outros aspectos constitutivos do trabalho profissional do assistente social.

Ao condensar o amadurecimento teórico-político da categoria profissional relacionado ao significado da profissão, as diretrizes curriculares fundamentam-se na concepção histórico-crítica que concebe o Serviço Social “enquanto uma especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão social e técnica do trabalho” (ABEPSS, 1997, P. 60). O tratamento analítico contido nas diretrizes curriculares apreende a profissão na totalidade das relações sociais, em sua processualidade e imanentes contradições. O surgimento da profissão inscreve-se em um determinado contexto sócio histórico e particulariza-se nas relações de produção e reprodução da vida social “como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista” (Netto, 2001, ABEPSS, 1997, p. 60). Esta perspectiva de totalidade difere-se da perspectiva que se fundamenta no pensamento hegemônico na sociedade burguesa cuja expressão maior é o positivismo.

O processo de reestruturação produtiva desencadeado com a crise econômica e política da sociedade capitalista na década de 1970, e o avanço do neoliberalismo criam desafios e tensões no mercado de trabalho e na formação profissional de assistentes sociais. A realidade torna-se ainda mais complexa, as relações sociais que produzem a reproduzem as desigualdades sociais são obscurecidas na facticidade dos fenômenos sociais, a

fragmentação e a naturalização dos processos sociais são a forma como a razão formal abstrata obstaculiza a compreensão de tudo que é substancial.

Em um contexto no qual se propala amplamente os processos produtivos fincados na reestruturação produtiva, o mundo do trabalho sofre transformações com o enxugamento e a intensificação da exploração da força de trabalho, a flexibilização e a precarização das relações de trabalho, a organização dos sistemas de produção delineados em torno de produtividade e metas e o uso intensivo de tecnologias. No âmbito das políticas sociais, as estratégias do Estado burguês para o enfrentamento das expressões da *questão social* consistem na redução dos gastos sociais, na focalização do atendimento às demandas sociais da classe trabalhadora e na mercantilização dos serviços sociais, dentre outros. Estas estratégias implicam amplos processos de controle social que ocorre por meio da criminalização da pobreza, da judicialização dos direitos sociais, da moralização da vida social, da repressão e do *apartheid* social. Este controle, no âmbito das políticas sociais, ocorre por meio de movimentos aparentemente dúbios no qual se tem, dentre outros, a descentralização com o forte traço da centralização, a (des)territorialização com a ausência de serviços básicos nas áreas de concentração da pobreza nos grandes centros urbanos e a privatização em detrimento dos serviços públicos, combinados com ataques aos direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora.

Os assistentes sociais, inseridos na divisão social e técnica do trabalho, em sua maioria como executores terminais das políticas sociais, no cotidiano do trabalho profissional, tendem a operacionalizar rotinas e procedimentos que visam a manipulação de variáveis empíricas e apreendem a realidade somente em suas expressões fenomênicas. Descortinar as mediações entre o singular e o universal, no âmbito do trabalho profissional exige a consistência e competência profissional no que diz respeito aos fundamentos histórico, teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo da profissão na direção social contida no Projeto Ético-Político hegemônico na contemporaneidade.

No âmbito da formação profissional, a inserção dos estudantes nos campos de estágio explícita, para os sujeitos envolvidos no estágio supervisionado, a disjunção entre a perspectiva que fundamenta as diretrizes

curriculares e a perspectiva fundada na razão formal abstrata que permeia as rotinas e os procedimentos que efetivam os serviços, projetos e programas sociais desenvolvidos pelos assistentes sociais em seus diferentes espaços sócio ocupacionais.

A Política Nacional de Estágio construída coletivamente pela ABEPSS, em 2009, estabelece como princípios norteadores da realização do estágio, além dos valores ético-políticos da profissão, a indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa que deve ser garantida na experiência de estágio; a articulação entre formação e exercício profissional expressa por meio da interlocução entre os sujeitos do estágio supervisionado; a indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e de campo pressupondo uma ação didático-pedagógica articulada entre as mesmas; a articulação entre universidade e sociedade, uma vez que o estágio possibilita a aproximação com a realidade e pode contribuir no processo de construção de respostas às demandas e aos desafios postos para a profissão no cotidiano dos diferentes espaços sócio ocupacionais e a unidade entre teoria e prática.

O estágio supervisionado é uma atividade obrigatória e, conforme as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), a sua carga horária deve corresponder, no mínimo, a 15% do total da carga horária do curso. A inserção dos estudantes no estágio supervisionado apresenta-se como um desafio didático-pedagógico e ético-político aos sujeitos envolvidos no processo, no sentido de construir didáticas pedagógicas que se orientem pelos princípios contidos na PNE. Tais didáticas, dentre outros, devem contribuir para evidenciar como a relação entre pensar e fazer se estabelece segundo as diferentes perspectivas que norteiam o trabalho profissional do assistente social nos diferentes espaços sócio ocupacionais.

No processo de formação profissional de assistentes sociais o estágio supervisionado é usualmente caracterizado pelos discentes como atividade da “prática”. Esta percepção indica, em si, a fragmentação entre teoria e prática – próprio do pensamento positivista. No processo de formação profissional, a inserção do estudante no estágio supervisionado requer que o mesmo detenha conhecimentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos que fundamentam a profissão para estabelecer as mediações entre singularidade e

universalidade. Desta forma, ao iniciar o estágio supervisionado almeja-se que o estudante encontre-se apto para desencadear o processo de conhecimento da realidade no que diz respeito à natureza das instituições nas quais se inserem para a realização do estágio; à política social implementada por estas instituições, seus programas e suas estratégias, às expressões da *questão social* vivenciadas pelos usuários e as suas demandas ao Serviço Social, à racionalidade que permeia os procedimentos e as rotinas na instituição e à direção social estratégica do trabalho profissional do/a assistente social na instituição, dentre outros.

Por tratar-se de uma atividade permeada pelo confronto entre o pensamento hegemônico na sociedade burguesa e a racionalidade histórico crítica, o estágio supervisionado explicita a disjuntiva teoria e prática, as dificuldades pedagógicas para superar a fragmentação dos conteúdos das diversas disciplinas e os conflitos ético-políticos suscitados das condições concretas de trabalho dos assistentes sociais. Neste sentido, os desafios e os obstáculos que se interpõem ao estágio supervisionado no processo de formação de assistentes sociais circunscrevem-se à dinâmica e lógica do sistema do capital e, nela, o significado da profissão nas relações sociais nesta sociedade.

Com a mercantilização de todas as esferas do ser social, a educação tornou-se uma grande mercadoria. Ocorre no Brasil, no âmbito da educação superior, a partir da década de 1990, significativa expansão de cursos presenciais e cursos à distância vinculados à iniciativa privada. O Serviço Social brasileiro sofre o impacto desta política com o crescimento de ofertas de vagas para o curso de graduação e, por conseguinte, os espaços de realização do estágio obrigatório tornam-se alvo de disputas permeadas por vários tipos de troca.

Conforme a Lei de Regulamentação da Profissão (1993) a supervisão de estágio em Serviço Social é uma atribuição privativa de assistentes sociais. A expansão das vagas do ensino superior para o curso de Serviço Social, sobretudo no ensino à distância, criou um fenômeno, nas diversas regiões do Brasil, no qual as assistentes sociais eram pressionadas, pelo empregador, a supervisionarem uma grande quantidade de estudantes estagiárias. Para

regular esta atividade o conjunto formado pelo Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais de Serviço Social formulou uma resolução que regulamenta a supervisão direta de estágio (Resolução CFESS Nº 533, de 29 de setembro de 2008). Esta resolução, dentre outros, estabelece as condições e a capacidade de estudantes a serem supervisionados por cada profissional, nos termos dos parâmetros técnicos e éticos do Serviço Social.

3. ESTRATÉGIA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O projeto pedagógico da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro - ESS/UFRJ, sintoniza-se com o projeto ético-político profissional hegemônico no Serviço Social brasileiro, portanto, fundamenta-se nos princípios e valores éticos explicitados no Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993). Este projeto pedagógico compromete-se com a formação de um assistente social cujo perfil profissional se constitua no entrecruzamento de criticidade, competência e compromisso sociocêntrico.

Em relação ao traço crítico, o projeto pedagógico da ESS/UFRJ explicita tratar-se de um perfil profissional que tanto se posiciona em face da sociedade brasileira quanto aos desafios profissionais. Almeja-se que este profissional formado pela ESS/UFRJ tenha a mais clara consciência da urgência de transformar a sociedade brasileira, “redimensionando as suas estruturas para responder às inadiáveis exigências de democratização social e econômica postas pela massa da população trabalhadora” (Projeto Pedagógico da ESS/UFRJ, 2008, p. 8). O traço de criticidade refere-se, quanto aos desafios profissionais, à capacidade de “identificar alternativas, avaliar prioridades e apreciar as implicações das soluções escolhidas – um assistente social apto a compreender o significado social da sua intervenção profissional” (Projeto Pedagógico da ESS/UFRJ, 2008, p. 8).

A competência referida no projeto pedagógico da ESS/UFRJ envolve três níveis distintos, embora interligados

o da *competência teórica*, consistente no domínio das principais matrizes teóricas das ciências sociais e humanas e da produção registrada do Serviço Social; o da *competência técnica*, supondo o

conhecimento das técnicas de pesquisa e de intervenção; e o da *competência política*, implicando a qualificação para analisar conjunturas, instituições, relações de forças e possibilidades de implementação de projetos de intervenção (Projeto Pedagógico da ESS/UFRJ, 2008, p. 8).

O traço do compromisso sociocêntrico almejado no perfil profissional relaciona-se com uma visão social de mundo “assente numa concepção ética radicalmente humanista, racionalista e universalista – visão para a qual a liberdade e a cultura são valores em si, para a qual as possibilidades da genericidade humana tem primazia sobre quaisquer particularismos” (Projeto Pedagógico da ESS/UFRJ, 2008, p. 8).

Estes traços vinculam o processo de formação profissional a uma direção social que colide com o projeto burguês e seu pensamento hegemônico. Essa direção social encontra-se explicitada nos princípios, diretrizes e lógica curricular que conformam as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (2009), e, dentre outros, firma o compromisso com o rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do significado do Serviço Social nas relações sociais e a adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade particularidade e singularidade.

Nesta perspectiva, o processo de ensino e aprendizagem que permeia o estágio supervisionado constitui-se em desafio significativo considerando-se os seguintes aspectos didático-pedagógico: a articulação com os conteúdos das demais disciplinas que conformam o projeto pedagógico; a capacidade crítica de desvelar o movimento da realidade apreendendo as mediações entre singularidade – particularidade – universalidade; a apreensão crítica da racionalidade que permeia as rotinas e os procedimentos que efetivam serviços, benefícios e políticas sociais.

A proposta didático-pedagógica ora sistematizada foi estruturada a partir da dinâmica do estágio curricular obrigatório na ESS/UFRJ que se operacionaliza em quatro semestres consecutivos, nos quais os estudantes realizam simultaneamente o estágio supervisionado e as disciplinas de Orientação e Treinamento Profissional (OTP), nos níveis I, II, III e IV. As turmas de OTP são organizadas por nível, articulando-se sempre que possível com as

áreas (saúde, educação, previdência, assistência, etc). As ementas do estágio supervisionado e das disciplinas de OTP orientam o processo de ensino e aprendizagem em seus diferentes níveis.

OTP	Ementa	Est. Sup.	Ementa
I	O espaço de realização do estágio: sua dinâmica institucional e as relações internas de poder; as políticas sociais a que se vincula e sua abrangência; a dimensão ético-política do agir profissional neste espaço.	I	Introdução ao exercício da prática profissional através do estudo da instituição, levando em consideração a questão social e a política social na qual está inserida.
II	O espaço de realização do estágio: análise dos serviços oferecidos, da população usuária, dos compromissos éticos do exercício profissional e do modelo de gestão vigente	II	Aprofundamento do exercício da prática profissional através da problematização do contexto socio-institucional. Análise do modelo de gestão desenvolvido pela instituição.
III	O espaço da realização do estágio: requisitos teórico-metodológicos, fundamentos éticos, estratégias e técnicas para a formulação de um projeto de ação profissional a ele adequado	III	Aperfeiçoamento do exercício profissional, do estudo da análise do contexto institucional visando à elaboração de um projeto de intervenção profissional.
IV	O espaço de realização do estágio: requisitos para a avaliação de seus planos, programas e projetos. Construção de propostas e alternativas.	IV	Aprimoramento do exercício profissional, do estudo da análise do contexto institucional visando à avaliação dos programas sociais desenvolvidos pela instituição e pelo Serviço Social com vistas à formulação de um projeto de avaliação e monitoramento da intervenção social.

Quadro 1 – Ementas das disciplinas de OTP e Estágio Supervisionado

Fonte: Projeto Pedagógico da ESS/UFRJ (2008)

Trata-se de uma experiência em curso, cuja turma é constituída por dezoito (18) estudantes, inseridos em quinze (15) instituições públicas nas áreas de saúde, previdência social, direitos humanos e judiciário.

A proposição didático-pedagógica em tela sustenta-se em um processo de conhecimento da realidade permeado pela tríade singularidade – particularidade e universalidade e construído coletivamente. Assim, o processo de ensino e aprendizagem inicia-se com a inserção dos estudantes nos campos de estágio e a construção de um projeto de investigação no qual foram

delimitados os aspectos da realidade a serem conhecidos: (a) natureza, dinâmica, relações institucionais e suas requisições para o Serviço Social; (b) perfil e demandas dos usuários nas diferentes instituições campos de estágio e (c) particularidade do trabalho profissional dos assistentes sociais.

Orientados pelo projeto de investigação foram construídos os instrumentos de coleta de dados: questionário para o conhecimento da natureza e dinâmica da instituição campo de estágio (natureza, ano de criação, objetivos, programas, projetos, benefícios e serviços oferecidos; principais atividades desenvolvidas e fonte de financiamento); questionário para conhecimento do perfil e demandas dos usuários (faixa-etária, sexo, grau de escolaridade, residência, renda familiar, expressões da questão social vivenciadas pelos usuários, demandas explicitadas, demandas atendidas, demandas refutadas, dentre outros); e questionário para conhecimento das particularidades do trabalho profissional (perfil profissional, fundamentos do trabalho profissional, rotinas, procedimentos e atividades desenvolvidas no cotidiano do trabalho profissional).

Os debates acerca dos conteúdos e formas que fundamentam as políticas sociais implementadas nas instituições nas disciplinas de OTP foram alimentados pelos dados empíricos coletados no processo de investigação. Destacaram-se, nestes debates, a apreensão dos seguintes traços e tendências que particularizam o trabalho profissional: as requisições socio-institucionais em torno do trabalho profissional sobrepujando as demandas dos usuários e as exigências da profissão; a mulher negra assumindo responsabilidades no que diz respeito ao acompanhamento de filhos e pais em internação hospitalar e na busca de acesso a benefícios; a tendência da desospitalização na área da saúde; a precarização e intensificação do trabalho profissional, com ênfase no cumprimento de metas; a diferenciação em torno do trabalho profissional no que diz respeito ao processo de sistematização do conhecimento da realidade e intervenção profissional.

Este processo de conhecimento da realidade gerou relatórios individuais e coletivos acerca da dinâmica das instituições, programas, projetos e serviços implementados, perfil e demandas dos usuários e particularidades do trabalho profissional. Foram geradas as seguintes proposições acerca dos

procedimentos sistematizadores: site e cartilha sobre os direitos, benefícios e programas sociais implementados nas instituições; a formulação de um banco de dados sobre o perfil e demandas dos usuários; proposição de um projeto de intervenção de orientação social para ser implementado nas instituições campos de estágio sobre os direitos, serviços, benefícios e programas sociais, tendo como alvo principalmente as mulheres; a proposição de um colóquio de estudantes sobre o estágio supervisionado. A avaliação do processo de ensino e aprendizagem encontra-se em curso.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de ensino e aprendizagem no estágio supervisionado na perspectiva da direção estratégica do projeto ético-político profissional constitui-se em desafio no âmbito da formação profissional. Problematizar este processo com base nos princípios e diretrizes da Política Nacional de Estágio (ABEPSS, 2009) consiste, em si, reabrir fecundas reflexões que alimentam o debate profissional desde a década de 1980 sobre o conhecimento da realidade, os procedimentos sistematizadores e a dimensão interventiva da profissão.

A experiência didático-pedagógica em tela, vivenciada em uma turma de OTP da ESS/UFRJ, colocou no centro de suas problematizações os seguintes princípios que permeiam o estágio supervisionado: a unidade teoria e prática; a articulação formação profissional e exercício profissional e a indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. O desafio que permeou a experiência foi a fragmentação entre o teoria e prática, o pensar e o fazer que permeia a racionalidade hegemônica na sociedade capitalista, possível de ser identificada a partir do estágio supervisionado.

Apreender a raiz teórico-metodológica e ideológica desta fragmentação, a quem serve e para que serve esta fragmentação e a construção de estratégias que contribuam para a sua superação é um desafio que se conecta à divisão social e técnica do trabalho e o pensamento hegemônico na sociabilidade burguesa. Portanto, vai além do Serviço Social. No entanto, a teoria social de Karl Marx (1818-1883), é um instrumento que possibilita a apreensão da realidade para além da aparência, em sua totalidade dinâmica e

contraditória. Esta teoria é potência de conhecimento e transformação da realidade. Nela, a unidade prático e teórica funda-se na capacidade que particulariza o ser social em relação ao ser natural: a teleologia.

Para esta concepção de mundo, a consciência é um produto tardio do desenvolvimento material. A consciência reflete a realidade para conhece-la e modificá-la. Mas a consciência não conhece imediatamente a realidade. Ela movimenta de um saber que parte do imediato para a essência. O pensamento hegemônico na sociedade burguesa atém o conhecimento nas expressões fenomênicas do ser social, restringindo-se a intelecção.

As rotinas e os procedimentos que efetivam os serviços e as políticas sociais no âmbito das instituições fundam-se no pensamento hegemônico da sociedade burguesa cuja maior expressão é o positivismo. Este pensamento fragmenta teoria e prática, donde os desafios quer se interpõem ao estágio supervisionado. Tal fragmentação na perspectiva deste pensamento não se encontra somente no exercício profissional, encontra-se no próprio processo de formação profissional. Ao ser identificado como o *locus* da “prática profissional”, a cisão teoria e prática no estágio supervisionado está *dada* no âmbito da formação e do exercício profissional.

A questão, para além do tratamento teórico-crítico a este pensamento, é a construção de dinâmicas e didáticas pedagógicas que possibilitem no transcorrer do estágio supervisionado a apreensão de mediações entre singularidade e universalidade. A construção destes campos de mediações requer o conhecimento do movimento da realidade que funda-se na intelecção, mas deve ir além.

A experiência em tela explicitou o embate entre dois projetos societários, entre duas racionalidades que se diferenciam e contrapõem-se em relação ao conteúdo e à forma. No processo de formação profissional esta diferenciação rebate na relação unidade de ensino e instituição campo de estágio, estudante e assistente social supervisor de campo, estudante e assistente social supervisor didático, assistente social supervisor de campo e assistente social supervisor didático, tensionando o processo de ensino e aprendizagem.

Como afirma Mészáros (2005) os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes estão intimamente ligados. A

aprendizagem é a nossa vida, nunca deixamos de apreender. O estágio supervisionado é o componente curricular que, por excelência possibilita a articulação entre formação e o exercício profissional e no qual os três sujeitos do estágio supervisionado podem potencializar criticamente este processo de aprendizagem. Ele contribui para desvelar na dinâmica institucional, as insuficientes e parcas respostas do Estado burguês às expressões da questão social, as estratégias de controle social na perspectiva da classe dominante entre outros. Cumprir este papel é, por si só, fundamental. Mas é possível ir além.

Desde os anos 80 existe um debate nas unidades de ensino e na ABEPSS sobre a importância do estágio supervisionado na formação profissional. Ao considerar que este componente curricular tanto possibilita a inserção dos estudantes no cotidiano das instituições que constituem o espaço socio ocupacional de assistentes sociais, bem como com as expressões da questão social vivenciada pelos segmentos da classe trabalhadora há que potencializá-lo. A questão da cisão teoria e prática é um obstáculo para que esta atividade acadêmica contribua para forjar os traços da criticidade e da competência profissional na direção do projeto ético político profissional. Em face das condições de trabalho dos assistentes sociais precarizadas, da intensificação do trabalho profissional, das condições de vida dos estudantes e profissionais a construção de estratégias didático-pedagógicas que contribuam para a superação da fragmentação teoria e prática é fundamental. Balizar estas experiências, sistematizá-las, mensurá-las no que diz respeito ao processo de aprendizagem é uma tarefa dos sujeitos do estágio supervisionado. É nesta perspectiva, reflexiva, que a presente comunicação se coloca.

5. REFERENCIAS

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf>. Acesso em: 30 maio 2016.

_____. **Política Nacional de Estágio**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf>. Acesso em: 27 out. 2016.

_____. **Lei de Regulamentação da profissão de Assistente Social, nº 8.662 de 1993**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm>. Acesso em: 20 jun. 2016.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. Comissão de Especialistas. **Diretrizes Curriculares**. Curso: Serviço Social. Brasília, 1999. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes.pdf. Acesso em: 02 fev. 2017.

COELHO, Marilene. **Imediaticidade na Prática Profissional do Assistente Social**. Serviço Social: Temas, Textos e Contextos. Rio de Janeiro, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética do Assistente Social de 1993**. Brasília, 1993. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf. Acesso em: 11 jan. 2016.

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL (ESS/UFRJ). **Currículo Pleno Curso de Graduação em Serviço Social**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://media.wix.com/ugd/add274_36a09e2e15f5400daaa97b8ce24eddc2.pdf>. Acesso em: 2 set. 2016.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 35. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Villela Marilda. A formação acadêmico profissional no Serviço Social Brasileiro. **Serviço Social Sociedade**, São Paulo, 2014.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético Político do Serviço Social frente à crise Contemporânea. In: **Crise contemporânea, questão social e Serviço Social**. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Módulo 1. Brasília: CFESS/APEPSS/CEAD-UnB, 1999.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SILVA, Ana Célia Bahia. Das diretrizes curriculares à construção dos projetos pedagógicos em cada instituição. **Cadernos ABESS**, São Paulo: Cortez, n. 8, p. 20-21, 1998.